

Arquivos e mulheres: análise dos anais do Congresso Nacional de Arquivologia

Karla Simone Willemann Schütz
Patricia Ladeira Penna Macêdo
Priscila Rosa Martins

Este artigo analisa a relação entre Arquivologia e gênero, com um foco específico na representatividade das mulheres no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA). O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva-exploratória e documental, examinando os Anais do CNA entre 2004 e 2022. A pesquisa utilizou como categoria principal de busca o termo “mulher” nos títulos dos trabalhos completos e eventos paralelos. Os resultados revelaram uma presença limitada de trabalhos diretamente relacionados ao tema, com apenas um trabalho apresentado em 2022 focado em arquivos pessoais de mulheres. No entanto, a análise destacou a forte presença e contribuição das mulheres no evento, superando 55% das autorias e coautorias dos trabalhos entre 2010 e 2022, e com uma significativa participação nas comissões organizadoras. Esses dados refletem o papel de destaque que as mulheres têm desempenhado na Arquivologia brasileira. Além disso, a presente pesquisa aponta a necessidade de ampliar a produção científica e o debate sobre gênero e representatividade nos arquivos, incentivando a criação de políticas inclusivas que valorizem a pluralidade das vozes e experiências de mulheres.

Palavras-chave: Congresso Nacional de Arquivologia; Arquivos; Mulheres; Produção Científica.

Arquivos municipais da região metropolitana de Salvador um relato de pesquisa

Daniel Santana de Souza
Lázaro Augusto Garcia Castro
Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Relato de projeto de pesquisa em andamento sobre as políticas de arquivos existentes nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) por meio de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Trata-se de um processo de investigação documental e bibliográfico que coleta informações a contribuir com um diagnóstico que servirá de parâmetro para retratar cenários quanto ao emprego ou ausência de políticas públicas de arquivos nas diversas instituições arquivísticas das regiões metropolitanas do Brasil. Realizada uma revisão de literatura sobre políticas de arquivos e arquivos municipais no âmbito da Ciência da Informação associada a outras temáticas.

Palavras-chave: Arquivos municipais; Políticas de arquivos; Sistemas de arquivos.

Arquivos presidenciais brasileiros: natureza jurídica e acesso aos documentos privados de interesse público

Renato de Mattos

No contexto brasileiro, a importância dos conjuntos documentais produzidos e acumulados por pessoas físicas é atestada pela legislação que trata da preservação do patrimônio arquivístico nacional, a exemplo da Lei nº 8.394/1991, que reconhece o interesse público e social dos arquivos privados dos presidentes da República e dispõe sobre a organização e o acesso a esses documentos. No entanto, parte dos arquivos presidenciais está dispersa em instituições públicas e privadas e, por vezes, a documentação de um mesmo titular se encontra fragmentada em arquivos, museus e centros de memória. A inexistência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dos

acervos é agravada pela ausência de guias, inventários e outros instrumentos de pesquisa capazes de reunir e compilar informações sobre a localização, as características e a composição dos arquivos presidenciais, impondo-se, assim, como um dos principais obstáculos à difusão do potencial informativo de parcela importante do patrimônio arquivístico nacional. Ao constatarmos que cerca de metade dos acervos presidenciais brasileiros se concentra na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa objetiva a inventariação e a difusão dos acervos presidenciais a partir da confecção de instrumento de pesquisa e da promoção de atividades voltadas à publicização de documentos de valor histórico e cultural custodiados por instituições sediadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, exploratória e descritiva, pautada na revisão bibliográfica e na análise da legislação brasileira pertinente à preservação dos acervos privados presidenciais brasileiros, os dados compulsados serão reunidos e sistematizados em um instrumento contendo informações pormenorizadas acerca dos acervos, incluindo o nível de tratamento, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso, bem como as abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram as diferentes práticas de conservação, organização e descrição. Dentre os resultados parciais da pesquisa ora em curso, sublinhamos o mapeamento dos arquivos preservados e a identificação do perfil institucional dos custodiadores dos acervos presidenciais.

Palavras-chave: Arquivos presidenciais; Patrimônio arquivístico; Arquivos pessoais.

Como se estivéssemos em uma teia arquivística: a preservação de redes sociais por instituições arquivísticas

Vitor Serejo
Juliana Maia Mendes

As redes sociais, tais como os arquivos, carregam consigo o que consideramos uma “estrutura de teia”, um emaranhado orgânico que continuamente tece e desfaz os espaços que povoam e são povoados. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel das instituições arquivísticas na preservação das informações publicadas por e em redes sociais. Foi realizada uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, a partir de análise documental. Considerando que as discussões em torno do uso e preservação de redes sociais deve integrar a construção de políticas de informação, foram analisados guias e manuais de boas práticas para o uso de redes sociais pelo governo federal e resoluções do Conselho Nacional de Arquivos que disciplinam e estabelecem requisitos mínimos para a preservação de mídias sociais. Concluiu-se, dessa forma, a necessária comunicação entre instituições arquivísticas e produtores para se construir políticas de informação que atuem desde o uso de redes sociais até a seleção e preservação dos documentos e informações ali produzidos e disponibilizados.

Palavras-chave: Instituições arquivísticas; Políticas de informação; Redes sociais.

Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia (1707): normativas para a produção documental

Diovani Favoreto
Jussara Teixeira

Este artigo propõe uma investigação sobre a história do Brasil colonial e a arquivística, analisando os acervos eclesiásticos brasileiros. O exame das leis e normativas canônicas sob uma perspectiva arquivística lança luz sobre como a Igreja Católica no Brasil colonial produzia seus registros documentais. O objetivo principal é analisar a legislação canônica produzida pela Igreja Católica, evidenciando as particularidades das normativas propostas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), que serviram de base para a produção dos documentos acumulados nos arquivos eclesiásticos brasileiros. Busca-se também investigar, de forma comparativa, as principais normativas elaboradas pelo Brasil e pelo Vaticano, desde o século XVI até o século XVIII, identificando semelhanças